

**Bruxelas, 17 de setembro de 2014
(OR. en)**

12335/14

**COPEN 203
EUROJUST 140
EJN 75**

NOTA

de:	Orsat Miljenic, Ministro da Justiça da República da Croácia
data:	1 de julho de 2014
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia

Assunto:	Notificação de decisões-quadro
----------	--------------------------------

1. Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros
2. Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas
3. Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho, de 24 de fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias
4. Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda

5. Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia
6. Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas
7. Decisão-Quadro 2008/978/JAI do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, relativa a um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objetos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais
8. Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva

Submetem-se à atenção de V. Exa. as informações necessárias em conformidade com as regulamentações referidas em epígrafe.

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Orsat Miljenić

DECLARAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Nos termos do artigo 34.º da **Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (JO L 190 de 18.7.2002)**, a República da Croácia formula as seguintes notificações, em conformidade com o artigo 6.º, n.º 3, o artigo 8.º, n.º 2, o artigo 25.º, n.º 2, e o artigo 32.º:

Declaração relativa ao artigo 6.º, n.º 3

- a) A autoridade judiciária competente para receber um mandado de detenção europeu é a procuradoria-geral distrital do local onde se encontra a pessoa sobre a qual recai o mandado de detenção ou onde esta reside de forma temporária ou permanente. Caso se desconheça o paradeiro da pessoa procurada, a autoridade competente para receber o mandado de detenção europeu é a procuradoria-geral distrital de Zagreb.
- b) As autoridades competentes para executarem um mandado de detenção europeu emitido por uma autoridade judiciária competente de outro Estado-Membro são os tribunais distritais competentes nos termos do direito interno.
- c) Os mandados de detenção europeus são emitidos pelas seguintes autoridades judiciárias competentes nos termos do direito interno:
 - a procuradoria-geral competente – nos processos que antecedam a confirmação da acusação;
 - o tribunal competente – após a confirmação da acusação e em processos relacionados com a execução de uma pena de prisão.

O anexo II contém uma lista dos tribunais distritais e das procuradorias-gerais distritais, juntamente com os respetivos contactos.

Declaração relativa ao artigo 8.º, n.º 2

As autoridades judiciárias competentes executarão uma decisão de uma autoridade judiciária estrangeira se essa decisão e os documentos comprovativos forem traduzidos para croata. Em casos urgentes, será aceite uma tradução para inglês, desde que se respeite o princípio da reciprocidade.

Declaração relativa ao artigo 25.º, n.º 2

A tomada de decisões sobre pedidos de trânsito de uma pessoa procurada entre um Estado-Membro e outro, passando pelo território da República da Croácia, cabe ao ministro responsável pelos assuntos de justiça.

2. Nos termos do artigo 14.º, n.º 2, da **Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas (JO L 196 de 2.8.2003)**, a República da Croácia formula a seguinte notificação a respeito da língua de trabalho na aceção do artigo 9.º, n.º 3, da referida decisão-quadro:

Declaração relativa ao artigo 9.º, n.º 3

As autoridades judiciais competentes executarão uma decisão de uma autoridade judiciária estrangeira se essa decisão e os documentos comprovativos forem traduzidos para croata. Em casos urgentes, será aceite uma tradução para inglês, desde que se respeite o princípio da reciprocidade.

3. Nos termos do artigo 20.º, n.º 5, da **Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho, de 24 de fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias (JO L 76 de 22.3.2005)**, a República da Croácia formula as seguintes declarações, em conformidade com o artigo 2.º e o artigo 16.º, n.º 1, da referida decisão-quadro:

Declaração relativa ao artigo 2.º

- a) A República da Croácia declara que a autoridade competente para receber uma decisão relativa a uma sanção pecuniária emitida por uma autoridade judiciária estrangeira é o tribunal distrital do local onde a pessoa em causa resida de forma temporária ou permanente ou onde se encontre alojada, no caso de uma pessoa singular, ou do local onde tenha a sua sede social, no caso de uma pessoa coletiva. Se não for possível determinar o tribunal distrital competente, a autoridade competente para receber a decisão é o tribunal distrital de Zagreb.
- b) As autoridades judiciais competentes para reconhecer e executar decisões relativas a sanções pecuniárias proferidas por uma autoridade competente de outro Estado-Membro são os tribunais distritais, que executarão as referidas decisões em conformidade com o direito interno e da mesma maneira que executariam uma sanção pecuniária imposta por um tribunal nacional.
- c) A tomada de decisões relativas a sanções pecuniárias cabe aos tribunais competentes ao abrigo do direito interno e realiza-se em conformidade com o mesmo.

O anexo II contém uma lista dos tribunais distritais, juntamente com os respetivos contactos.

Declaração relativa ao artigo 16.º, n.º 1

As autoridades judiciais competentes executarão uma decisão de uma autoridade judicial estrangeira se essa decisão e os documentos comprovativos forem traduzidos para croata. Em casos urgentes, será aceite uma tradução para inglês, desde que se respeite o princípio da reciprocidade.

4. Nos termos do artigo 22.º, n.º 2, da **Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda (JO L 328 de 24.11.2006)**, a República da Croácia formula as seguintes notificações relativamente às autoridades competentes e à língua de trabalho, em conformidade com as obrigações estabelecidas no artigo 3.º e no artigo 19.º, n.º 2:

Declaração relativa ao artigo 3.º

- a) A autoridade judicial designada para receber uma decisão de perda de bens ou objetos é a procuradoria-geral distrital competente para o local onde se encontrem os bens ou objetos, ou onde a pessoa em causa resida de forma temporária ou permanente ou onde se encontre alojada, no caso de uma pessoa singular, ou onde tenha a sua sede social, no caso de uma pessoa coletiva.
- b) As autoridades judiciais competentes para reconhecer decisões proferidas pelas autoridades judiciais competentes de outros Estados-Membros em matéria de perda de bens ou objetos são os tribunais distritais, em conformidade com o direito interno.
- c) As autoridades judiciais competentes para executar decisões reconhecidas proferidas pelas autoridades judiciais competentes de outros Estados-Membros em matéria de perda de bens ou objetos são as autoridades judiciais competentes previstas ao abrigo do direito interno.
- d) A tomada de decisões relativas à perda de bens ou objetos cabe aos tribunais competentes ao abrigo do direito interno e realiza-se em conformidade com o mesmo.

O anexo II contém uma lista dos tribunais distritais e das procuradorias-gerais distritais, juntamente com os respetivos contactos.

Declaração relativa ao artigo 7.º, n.º 5

Declara-se que as decisões de perda não serão reconhecidas nem aplicadas nas circunstâncias em que a perda dos bens tenha sido decidida ao abrigo dos poderes alargados de declaração da perda.

Declaração relativa ao artigo 19.º, n.º 2

As autoridades judiciais competentes executarão uma decisão de uma autoridade judiciária estrangeira se essa decisão e os documentos comprovativos forem traduzidos para croata. Em casos urgentes, será aceite uma tradução para inglês, desde que se respeite o princípio da reciprocidade.

5. Nos termos do artigo 29.º, n.º 2, da **Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia (JO L 327 de 5.12.2008)** e em conformidade com as obrigações estabelecidas no artigo 2.º, n.º 1, no artigo 7.º, n.º 4, e no artigo 23.º, a República da Croácia formula as seguintes notificações:

Declaração relativa ao artigo 2.º, n.º 1

- a) A autoridade competente para receber, reconhecer e executar sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade é o tribunal distrital competente para o local onde a pessoa em causa resida de forma temporária ou permanente ou onde se encontre alojada, ou, em alternativa, o local onde a família da pessoa condenada resida de forma temporária ou permanente.
- b) As sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade são proferidas pelos tribunais competentes ao abrigo do direito interno e em conformidade com o mesmo.

Existem 15 tribunais distritais na República da Croácia. Os respetivos contactos constam do anexo II.

Declaração relativa ao artigo 7.º, n.º 4

Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 4, da decisão-quadro, a República da Croácia declara que um tribunal competente reconhecerá sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade no caso de atos que exibam as características fundamentais de uma infração penal ao abrigo do direito interno, independentemente da qualificação jurídica do ato criminoso estabelecida na sentença recebida.

Declaração relativa ao artigo 23.º, n.º 1

As autoridades judiciais competentes executarão uma decisão de uma autoridade judiciária estrangeira se essa decisão e os documentos comprovativos forem traduzidos para croata. Em casos urgentes, será aceite uma tradução para inglês, desde que se respeite o princípio da reciprocidade.

6. Nos termos do artigo 25.º da **Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas (JO L 337 de 16.12.2008)** e em conformidade com o artigo 3.º, n.º 1, o artigo 4.º, n.º 2, o artigo 5.º, n.º 4, o artigo 10.º, n.º 4, o artigo 14.º, n.º 6 e o artigo 21.º, a República da Croácia formula as seguintes declarações:

Declaração relativa ao artigo 3.º, n.º 1

- a) A autoridade judiciária competente para receber, reconhecer e executar sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas é o tribunal distrital competente para o local onde a pessoa em causa resida de forma temporária ou permanente ou onde se encontre alojada, ou, em alternativa, o local onde a família da pessoa condenada resida de forma temporária ou permanente;
- b) As sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas são proferidas pelos tribunais competentes ao abrigo do direito interno e em conformidade com o mesmo.

O anexo II contém uma lista dos tribunais distritais, juntamente com os respetivos contactos.

Declaração relativa ao artigo 4.º, n.º 2

Em conformidade com o artigo 4.º, n.º 2, da decisão-quadro, a República da Croácia declara que as autoridades competentes nacionais aplicarão a uma pessoa condenada, com base nas medidas de vigilância ou sanções alternativas estrangeiras reconhecidas, apenas os tipos de medidas de vigilância e de sanções alternativas previstas no código penal da República da Croácia. Importa assinalar que, no que se refere às obrigações de uma pessoa condenada enquanto sujeita a medidas de controlo, o legislador criou uma lista aberta de medidas que, além das enumeradas no artigo 4.º, n.º 1, inclui as seguintes:

- um tribunal pode impor ao autor da infração o pagamento de um determinado montante num determinado prazo a uma instituição pública, para fins de beneficência ou humanitários, ou a um fundo de compensação a favor de vítimas da criminalidade, caso seja adequado tendo em conta a natureza da infração praticada e a identidade do autor da infração;
- gestão supervisionada do rendimento de acordo com as necessidades das pessoas dependentes do autor da infração por lei, sob aconselhamento da autoridade competente em matéria de liberdade condicional;
- cumprimento das obrigações alimentares.

Declaração relativa ao artigo 5.º, n.º 4

Em conformidade com o artigo 5.º, n.º 4, da decisão-quadro, a República da Croácia declara que, nos casos em que, além do consentimento da pessoa condenada, é necessário o consentimento do ministério responsável pelos assuntos de justiça para a transmissão à República da Croácia de sentenças que imponham medidas de vigilância ou sanções alternativas, para reconhecimento, o ministério, ao dar o consentimento, deverá ter especialmente em conta a facilitação da reinserção social e reintegração na sociedade da pessoa condenada.

Declaração relativa ao artigo 14.º, n.º 6

Relativamente ao artigo 14.º, n.º 6, da decisão-quadro, a República da Croácia declara que um tribunal competente não tomará decisões subsequentes relacionadas com a revogação da condenação condicional ou a revogação da liberdade condicional, nem com a aplicação subsequente de uma pena de prisão ou medida privativa de liberdade no caso da revogação de sanção alternativa ou pena suspensa, nos seguintes casos:

1. a revogação de uma sanção alternativa imposta por uma sentença que nem impõe nem especifica a pena de prisão ou medida privativa de liberdade a executar caso a pessoa condenada não cumpra as obrigações em causa ou de alguma forma impeça que elas sejam cumpridas, por motivos que lhe sejam imputáveis;
2. a aplicação subsequente de uma pena de prisão a uma pessoa condenada sobre a qual recai uma sentença de pena de prisão suspensa;
3. a execução de uma sentença relativa a atos que não constituam infrações penais ao abrigo do direito interno, independentemente dos seus elementos constitutivos ou da sua qualificação jurídica.

Declaração relativa ao artigo 21.º

As autoridades judiciais competentes executarão uma decisão de uma autoridade judiciária estrangeira se essa decisão e os documentos comprovativos forem traduzidos para croata. Em casos urgentes, será aceite uma tradução para inglês, desde que se respeite o princípio da reciprocidade.

7. Nos termos da **Decisão-Quadro 2008/978/JAI do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, relativa a um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objetos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais (JO L 350 de 30.12.2008)** e em conformidade com as obrigações estabelecidas no artigo 3.º, no artigo 6.º, n.º 2, no artigo 11.º, n.º 5, e no artigo 23.º, n.º 3, a República da Croácia formula as seguintes notificações:

Declaração relativa ao artigo 3.º, n.º 1

- a) As autoridades judiciárias competentes para receber, reconhecer e executar um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objetos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais são as procuradorias-gerais distritais e os tribunais distritais do local onde se encontrem os bens, objetos ou provas;
- b) Os mandados europeus de obtenção de provas destinados à obtenção de objetos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais são emitidos pelos tribunais competentes ao abrigo do direito interno e em conformidade com o mesmo.

Existem 15 tribunais distritais e 15 procuradorias-gerais distritais na República da Croácia. Os respetivos contactos constam do anexo II.

Declaração relativa ao artigo 6.º, n.º 2

As autoridades judiciárias competentes executarão uma decisão de uma autoridade judiciária estrangeira se essa decisão e os documentos comprovativos forem traduzidos para croata. Em casos urgentes, será aceite uma tradução para inglês, desde que se respeite o princípio da reciprocidade.

Declaração relativa ao artigo 11.º, n.º 5

Relativamente ao artigo 11.º, n.º 5, da decisão-quadro, a República da Croácia declara que as autoridades judiciárias competentes poderão decidir, em casos específicos, que não seja efetuada busca ou apreensão para efeitos de execução do mandado europeu de obtenção de provas caso esse mandado não tenha sido emitido por um juiz, tribunal, juiz de instrução ou representante do Ministério Público nem tenha sido validado por uma dessas autoridades do Estado de emissão. Antes de tomar tal decisão, o tribunal consultará a autoridade competente do Estado de emissão.

Declaração relativa ao artigo 23.º, n.º 3

As autoridades judiciais competentes, regulando-se pelos princípios da cooperação eficaz, racionalidade e do direito a um processo justo, poderão decidir se executam ou recusam reconhecer e executar um mandado europeu de obtenção de provas caso o mandado de detenção europeu diga respeito a infrações penais que:

- a) ao abrigo do direito interno, sejam consideradas como tendo sido cometidas, no todo, na sua maior parte ou no essencial, no território da República da Croácia ou em local equivalente, ou
- b) tenham sido cometidas fora do território do Estado de emissão e o direito interno não permita a instauração de uma ação judicial a nível interno por infrações penais cometidas fora do território da República da Croácia.

8. Nos termos do artigo 27.º da **Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva (JO L 294 de 11.11.2009)** e em conformidade com as obrigações estabelecidas no artigo 6.º, n.º 1, no artigo 7.º, n.º 3, no artigo 8.º, n.º 2, no artigo 9.º, n.º 2, no artigo 21.º, n.º 3, e no artigo 24.º, a República da Croácia formula as seguintes notificações:

Declaração relativa ao artigo 6.º, n.º 1

- a) A autoridade competente para receber decisões sobre medidas de controlo é a procuradoria-geral distrital do local onde se encontre a pessoa sobre a qual recai o mandado de detenção ou onde esta resida de forma temporária ou permanente.
- b) As autoridades competentes para reconhecerem decisões sobre medidas de controlo são os tribunais distritais competentes nos termos do direito interno, que transmitirão as decisões de reconhecimento para execução.
- c) A tomada de decisões relativas a medidas de controlo cabe às autoridades judiciais competentes ao abrigo do direito interno e realiza-se em conformidade com o mesmo.

O anexo II contém uma lista dos tribunais distritais e das procuradorias-gerais distritais, juntamente com os respetivos contactos.

Declaração relativa ao artigo 7.º, n.º 3

A autoridade central designada para assistir as autoridades nacionais competentes e as autoridades competentes de outros Estados-Membros no estabelecimento de contactos e cooperação judiciária é o ministério responsável pelos assuntos de justiça.

Os contactos do Ministério da Justiça, na qualidade de autoridade central, constam abaixo e, caso seja necessária assistência adicional, é possível contactar a Rede Judiciária Europeia (RJE) através do seu ponto de contacto disponível em www.ejn-crimjust.europa.eu.

Ministarstvo pravosuđa Republike Hrvatske/Ministério da Justiça da República da Croácia
Uprava za Europsku uniju i međunarodnu suradnju/Direção da Cooperação Europeia e
Internacional

Ponto de contacto da RJE

Tel.: +385 1 3714 300

Fax: +385 1 3714 392

Sítio Web: www.mprh.hr

Declaração relativa ao artigo 8.º, n.º 2

Nos termos do artigo 8.º, n.º 2, da decisão-quadro, a República da Croácia declara que, para além das medidas de controlo referidas no artigo 8.º, n.º 1, da decisão-quadro, também irá fiscalizar a execução de decisões que proibam o exercício de determinadas atividades profissionais e medidas que proibam as pessoas de conduzir veículos motorizados através da inibição temporária do direito de conduzir.

Declaração relativa ao artigo 9.º, n.º 2

Nos termos do artigo 9.º, n.º 4, da decisão-quadro, a República da Croácia informa o Secretariado-Geral do Conselho sobre as condições a cumprir ao abrigo do artigo 9.º, n.º 3, para que uma autoridade competente possa enviar uma decisão sobre medidas de controlo.

Para além de enviar a decisão à autoridade competente do Estado-Membro em cujo território a pessoa sobre a qual recai a medida de controlo tenha a sua residência legal e habitual, a autoridade competente poderá, a pedido da pessoa sujeita à medida de controlo, enviar a decisão à autoridade competente de outro Estado-Membro, caso tanto a autoridade competente desse Estado-Membro como a pessoa em causa deem o seu consentimento, se a pessoa tiver vivido pelo menos um ano na República da Croácia e tiver laços de natureza familiar ou comercial com esta.

Declaração relativa ao artigo 21.º, n.º 3

Nos termos do artigo 21.º, n.º 3, da decisão-quadro, a República da Croácia declara que, quando uma autoridade competente de um Estado emissor emite um mandado de detenção europeu, os processos de entrega perante o tribunal competente terão início com base nas disposições que regem o mandado de detenção europeu.

Declaração relativa ao artigo 24.º

As autoridades judiciais competentes executarão uma decisão de uma autoridade judiciária estrangeira se essa decisão e os documentos comprovativos forem traduzidos para croata. Em casos urgentes, será aceite uma tradução para inglês, desde que se respeite o princípio da reciprocidade.

ANEXO II

LISTA DE TRIBUNAIS DISTRITAIS

1. ŽUPANIJSKI SUD U BJELOVARU

County Court in Bjelovar

Judge: Milenka Slivar

Josipa Jelačića 1

43000 Bjelovar

Phone: (+385 43) 274-111

Fax: (+385 43) 274-150

e-mail: Milenka.Slivar@zsbj.pravosudje.hr

2. ŽUPANIJSKI SUD U DUBROVNIKU

County Court in Dubrovnik

Judge: Sveto Vićan

Dr. Ante Starčevića 23

20000 Dubrovnik

Phone: (+385 20) 357-888

Fax: (+385 20) 357-699

e-mail: Sveto.Vican@zsdu.pravosudje.hr

3. ŽUPANIJSKI SUD U KARLOVCU

County Court in Karlovac

Judge: Sandra Janković

Trg hrvatskih branitelja 1

47000 Karlovac

Phone: (+385 47) 606-108

Fax: (+385 47) 415-301

e-mail: Sandra.Jankovic@zska.pravosudje.hr

4. ŽUPANIJSKI SUD U OSIJEKU

County Court in Osijek

Judge: Zvonko Vrbanić

Europska avenija 7

31000 Osijek

Phone: (+385 31) 228-400

Fax: (+385 31) 211-523

e-mail: Zvonko.Vrbanić@zsos.pravosudje.hr

5. ŽUPANIJSKI SUD U PULI – POLA

County Court in Pula

Judge: Sena Midžić Putigna

Silvija Strahimira Kranjčevića 8

52100 Pula

Phone: (+385 52) 377-700

Fax: (+385 52) 211-761

e-mail: Sena.Midzic@zspu.pravosudje.hr

6. ŽUPANIJSKI SUD U RIJECI

County Court in Rijeka

Judge: Srebrenka Šantić

Žrtava fašizma 7

51000 Rijeka

Phone: (00385 51) 355-555

Fax: (00385 51) 336-924

e-mail: Srebrenka.Santic@zsri.pravosudje.hr

7. ŽUPANIJSKI SUD U SISKU

County Court in Sisak

Judge: Željko Mlinarić

Trg Lj. Posavskog 5

44000 Sisak

Phone: (+385 44) 811 740; 741

Fax: (+385 44) 811 755

e-mail: Zeljko.Mlinaric@zssk.pravosudje.hr

8. ŽUPANIJSKI SUD U SLAVONSKOM BRODU

County Court in Slavonski Brod

Judge: Marija Balenović

Tome Skalice 2

35000 Slavonski Brod

Phone: (+385 35) 405-100

Fax: (+385 35) 405-110

e-mail: Marija.Balenovic@zspz.pravosudje.hr

9. ŽUPANIJSKI SUD U SPLITU

County Court in Split

Judge: mr.sc. Ljiljana Stipišić

Gundulićeva 29a

21000 Split

Phone: (+385 21) 387 500

Fax: (+385 21) 387 660

e-mail: Ljiljana.Stipisic@zsst.pravosudje.hr

10. ŽUPANIJSKI SUD U ŠIBENIKU

County Court in Šibenik

Judge: Jadranka Biga Milutin

Stjepana Radića 81

22000 Šibenik

Phone: (+385 22) 209 140

Fax: (+385 22) 216-644

e-mail: Jadranka.Biga@zssi.pravosudje.hr

11. ŽUPANIJSKI SUD U VARAŽDINU

County Court in Varaždin

Judge: Biserka Plesničar

Braće Radića 2

42 000 Varaždin

Phone: (+385 42) 401-800

Fax: (+385 42) 313-120

e-mail: Biserka.Plesnicar@zsvz.pravosudje.hr

12. ŽUPANIJSKI SUD U VELIKOJ GORICI

County Court in Velika Gorica

Judge: Jadranka Kos

Kneza Domagoja 11a

10410 Velika Gorica

Phone: (+385 1) 6370-200

Fax: (+385 1) 6370-211

e-mail: Jadranka.Kos@zsvg.pravosudje.hr

13. ŽUPANIJSKI SUD U VUKOVARU

County Court in Vukovar

Judge: Jadranka Kurbel

Županijska 33

32000 Vukovar

Phone: (+385 32) 452-500, 452-514

Fax: (+385 32) 452-513

e-mail: Jadranka.Kurbel@zsvu.pravosudje.hr

14. ŽUPANIJSKI SUD U ZADRU

County Court in Zadar

Judge: mr. sc. Marijan Bitanga

Borelli 9

23000 Zadar

Phone: (+385 23) 203-600

Fax: (+385 23) 211-280

e-mail: Marijan.Bitanga@zs zd.pravosudje.hr

15. ŽUPANIJSKI SUD U ZAGREBU

County Court in Zagreb

Judge: Tanja Pavelin Borzić

Trg Nikole Šubića Zrinskog 5

10000 Zagreb

Phone: (+385 23) 4801-032

Fax: (+385 23) 4920-470

e-mail: Tanja.Pavelin@zszg.pravosudje.hr

LISTA DE PROCURADORIAS-GERAIS DISTRITAIS

1. Županijsko državno odvjetništvo u Dubrovniku
County State Attorney's Office Dubrovnik
Dr. Ante Starčevića 23, 20 000 Dubrovnik
Phone: (+ 385 20) 357 622
fax. (+ 385 20) 357 570
e-mail: tajnistvo@ZDODU.dorh.hr
2. Županijsko državno odvjetništvo u Bjelovaru
County State Attorney's Office Bjelovar
Šetalište dr. Ivše Lebovića 40, 43 000 Bjelovar
Phone: (+385 43) 222 450
fax. (+ 385 43) 241 296
e-mail: tajnistvo@ZDOBJ.dorh.hr
3. Županijsko državno odvjetništvo u Karlovcu
County State Attorney's Office Karlovac
Trg hrvatskih branitelja 1, 47 000 Karlovac
Phone: (+385 47) 415 317
fax. (+ 385 47) 415 318
e-mail: tajnistvo@ZDOKA.dorh.hr
4. Županijsko državno odvjetništvo u Osijeku
County State Attorney's Office Osijek
Kapucinska 21, 31 000 Osijek
Phone: (+ 385 31) 201 266, 031 201 271
fax. (+ 385 31) 201 270
e-mail: tajnistvo@ZDOOS.dorh.hr
5. **Županijsko državno odvjetništvo u Puli – Pola**
County State Attorney's Office Pula
Kranjčevićeva 8, Pula
Phone: (+385 52) 300 070
fax. (+ 385 52) 212 584, 052 300 085
e-mail: tajnistvo@ZDOPU.dorh.hr
6. Županijsko državno odvjetništvo u Rijeci
County State Attorney's Office Rijeka
Frana Kurelca bb, 51 000 Rijeka
Phone: (+ 385 51) 325 888
fax. (+385 51) 337 206
e-mail: tajnistvo@ZDORI.dorh.hr

7. Županijsko državno odvjetništvo u Sisku
County State Attorney's Office Sisak
Ivana Kukuljevića Sakcinskog 24, 44 000 Sisak
Phone: (+385 44) 526 250
fax. (+ 385 44) 520 284
e-mail: tajnistvo@ZDOSK.dorh.hr
8. Županijsko državno odvjetništvo u Slavonskom Brodu
County State Attorney's Office Slavonski Brod
Adresa: A. Starčevića 40, 35 000 Slavonski Brod
Phone: (+385 35) 405 000
fax. (+ 385 35) 405 002
e-mail: tajnistvo@ZDOSB.dorh.hr
9. Županijsko državno odvjetništvo u Splitu
County State Attorney's Office Split
Gundulićeva 29a, 21 000 Split
Phone: (+385 21) 387 635
fax. (+ 385 21) 387 528
e-mail: tajnistvo@ZDOST.dorh.hr
10. Županijsko državno odvjetništvo u Šibeniku
County State Attorney's Office Šibenik
Stjepana Radića 81, 22 000 Šibenik
Phone: (+385 22) 209 470
fax. (+ 385 22) 212 695
e-mail: tajnistvo@ZDOSI.dorh.hr
11. Županijsko državno odvjetništvo u Varaždinu
County State Attorney's Office Varaždin
Braće Radića 2/1, p.p. 229, 42 000 Varaždin
Phone: (+ 385 42) 401 870
fax. (+ 385 42) 211 016
e-mail: tajnistvo@ZDOVZ.dorh.hr
12. Županijsko državno odvjetništvo u Velikoj Gorici
County State Attorney's Office Velika Gorica
Zagrebačka 44 (III. kat), 10 410 Velika Gorica
Phone: (+385 1) 6370 620
fax. (+ 385 1) 6370 637
e-mail: tajnistvo@ZDOVG.dorh.hr

13. Županijsko državno odvjetništvo u Vukovaru
County State Attorney's Office Vukovar
Ulica Andrije Hebranga broj 2, 32 000 Vukovar
Phone: (+385 32) 450 555
fax. (+ 385 32) 450 550
e-mail: tajnistvo@ZDOVU.dorh.hr

14. Županijsko državno odvjetništvo u Zadru
County State Attorney's Office Zadar
Kneza Borellia 9, 23 000 Zadar
Phone: (+385 23) 302 900
fax. (+ 385 23) 302 905
e-mail: tajnistvo@ZDOZD.dorh.hr

15. Županijsko državno odvjetništvo u Zagrebu
County State Attorney's Office Zagreb
Savska 41/4, 10 000 Zagreb
Phone: (+385 1) 6003 166
fax. (+ 385 1) 6177 671
e-mail: tajnistvo@ZDOZG.dorh.hr
